

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O NÓ GÓRDIO DA EVASÃO E REPETÊNCIA. ¹

MARIA DE NAZARÉ COSTA
Rede Estadual de Ensino de Maranguape
rebecalouise@yahoo.com.br

CRISTIANE PORFÍRIO DO RIO
UFC
crisporio@ig.com.br

Introdução

O presente trabalho versa sobre a temática da avaliação do processo de ensino-aprendizagem e traduz-se num estudo introdutório da problemática da evasão e repetência.

O ingressar na escola, todo sujeito traz consigo um sonho: aprender a ler, a escrever e a desvendar os segredos do mundo a sua volta. Infelizmente seus sonhos se dissipam ao se depararem com a difícil situação enfrentada pela escola pública, com uma formação deficitária dos seus professores, aulas desinteressantes, falta de materiais diversificados que despertem seu interesse e falta de perspectivas sociais.

Percebemos claramente que a ordem social arrasta a escola para o fantasma da evasão e da repetência, pois o sistema educacional brasileiro ainda está longe de atender aos reais anseios das classes menos favorecidas, visto que a escola atrativa e que garantirá o sucesso das crianças ainda continua sendo a utopia de uma sociedade emancipada.

O artigo divide-se em duas partes: a primeira esboça uma avaliação crítica dos fatores determinantes do fenômeno da evasão e repetência; e o segundo apresenta uma breve contextualização histórica da educação no Brasil, explicitando os limites e as dificuldades da

¹ O presente artigo constitui-se parte integrante do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar – Progestão, promovido pela Universidade Estadual do Ceará – UECE em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, apresentado por Maria de Nazaré Costa, pedagoga da Rede Estadual de Educação de Maranguape em co-autoria com Cristiane Porfírio do Rio, mestra e doutoranda em educação brasileira junto ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC.

implantação de uma educação emancipadora; por último apresentamos nossas considerações finais.

Por fim, faz-se importante ressaltar a singeleza do artigo apresentado, o qual não tem a pretensão de análises fechadas/acabadas, mas vislumbra tão somente, contribuir com uma primeira aproximação ou desvelamento das relações que envolvem o tema investigado.

O problema da evasão e repetência em questão: o que move os fios do fracasso escolar?

Teoricamente, um sistema escolar com rendimento perfeito, no aspecto qualitativo, é aquele capaz de observar todo o universo da demanda escolar, na idade real de escolarização e diplomar esta clientela nos prazos normais. Desta forma, elevados índices de evasão e de repetência constituem indicadores de baixo grau de eficácia do sistema escolar.

Faz-se mister observar que o binômio da evasão e da repetência, fenômeno tão comum nas escolas públicas, tem suas raízes fincadas em questões econômicas, sociais e políticas, ou seja, não é algo isolado da totalidade que cerca os muros da escola, mas está umbilicalmente ligado a fatores endógenos e exógenos à esta.

Conforme Petit, apud Cury (1989, p. 11), “... a escola reflete, pois, em si mesma, as contradições imanentes do sistema capitalista: encarregada de contribuir para sua manutenção, ela contribui ao mesmo tempo para sua perda”.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, acrescenta Piletti (1988, p. 89) que:

[...] a escola reflete, em grande parte as desigualdades da organização social em que está inserida: uns poucos, de nível sócio-econômico mais elevado, ultrapassam todos os graus de ensino; a grande maioria, filhos de trabalhadores, não consegue vencer as barreiras e perde-se pelo caminho, principalmente durante as primeiras séries.

Diante deste fato, surge, para este autor, a pergunta que resiste em calar:

[...] poderá a escola contribuir para a sua própria mudança e para a superação das estruturas sociais vigentes ou, sendo a escola um subsistema do sistema social mais amplo, só poderá evoluir na medida em que se alterem as condições mais gerais? (Ibidem, p. 89).

Entendemos em primeiro lugar que a escola é apenas uma das instituições que poderá vir a ser um instrumento de luta pela superação do sistema de dominação, não se constitui,

portanto, como alardeia a torpe ideologia hegemônica a panacéia de todos os males. Em segundo lugar, pensamos ser esta uma relação dialética, ou seja, na medida em que a escola arregimenta sua organização em torno da ruptura com a alienação, vai forjando ao mesmo tempo, junto com a totalidade das relações sociais, condições de alteração na estrutura societal.

Destarte, os fatores responsáveis pela problemática da evasão e repetência, para serem eliminados exigem medidas de cunho estrutural no sentido da superação da sociedade de classes; da efetivação da função social da educação escolar; da ampliação das escolas públicas e, conseqüentemente, do número de vagas; da mudança de nível sócio-econômico das famílias, de modo a permite-lhes oferecer melhores condições de vida aos seus filhos; de mudanças nos currículos escolares e na própria formação do corpo docente, assegurando aos alunos a possibilidade de escalarem normalmente os degraus escolares.

Do ponto de vista sócio-econômico, conseqüência direta da sociedade de classes e da corte de mazelas que faz desabar sobre os ombros da classe trabalhadora, destacamos os fatores que têm implicação no rendimento escolar do educando: falta de estrutura familiar, baixa renda, subemprego e subnutrição.

No tocante ao aspecto político, nunca é demais lembrar que a escola já nasceu pesadamente classista, nos dizeres de Saviani (1996) esta se erigiu, na Grécia Antiga, para acolher o ócio daqueles que não trabalhavam, pois viviam do suor alheio, constituindo-se ao longo dos séculos e sociedades numa escola dual: formação propedêutica para a classe dominante e formação técnica para a classe dominada.

Daí advém à mácula escolar presente até os dias atuais, intensificada em tempos neoliberais sob a batuta do Banco Mundial e dos seus congêneres, que fazem da educação um meganegócio vendido em indistintas esquinas, ao bel prazer dos comerciantes inescrupulosos e ávidos por lucro, eivada de conteúdo ideológico mistificador das consciências, do qual os propalados novos paradigmas educacionais são emblemáticos, esvaindo qualquer possibilidade de uma educação preocupada com o conhecimento desinteressado de que falava Gramsci.

Quanto ao aspecto sócio-educacional, destacam-se dentre os principais pontos a sistemática de avaliação escolar rígida e formalista; o despreparo do corpo docente; a ausência

de acompanhamento técnico-pedagógico; e os entraves no relacionamento Escola versus Comunidade.

O despreparo dos educadores tem como causa a ausência de interesse por parte do Estado e dos órgãos competentes em efetivar uma formação voltada para a elevação cultural, limitando-se em reproduzir o que a classe dominante tacha de padrão, gerando como consequência a massificação do sujeito em relação ao contexto histórico, visto que o homem é submetido à influência do pensamento conveniente e não de uma educação crítica e emancipatória.

No que diz respeito aos entraves na relação escola-comunidade, estes explicitam-se na ausência de diálogo entre corpo docente e pais de alunos; na falta de acesso por parte da comunidade às dependências da escola; e em reuniões sem motivação e incentivo para os pais. Ocasionalmente várias consequências negativas.

Tais entraves, gerados pela estrutura funcional da escola, deitam por terra uma das funções importantes da escola que é estimular a interação entre esta e a comunidade, visando um melhor acompanhamento ao educando, notadamente, no que diz respeito a minimização dos índices de evasão e repetência.

Tendo como pano de fundo os aspectos supracitados, a maior parte dos alunos, ao chegarem à escola, apresentam uma série de deficiências, sobretudo devido à desnutrição. Bem como muitos problemas psicomotores, perceptivos e de vícios de linguagem, causados pela falta de estímulo do meio social em que vive, fruto de gerações anteriores com os mesmos déficits em comunicação verbal.

Notas esparsas sobre o histórico da educação escolar brasileira.

Para entendermos o atual quadro educacional brasileiro e um dos seus problemas mais persistentes, a evasão e repetência, faz-se necessário um rápido retrospecto histórico.

Conforme analisa Romanelli (1980), tomando como referência a nossa trágica experiência colonizada, é notório o grau da intervenção portuguesa no desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, inicialmente sob o comando da Companhia de Jesus, jesuítas, como são conhecidos os membros dessa ordem religiosa, os quais traziam consigo o objetivo

próprio de “humanizar”, evangelizar os nativos da terra recém-descoberta, o que significou uma brutal e criminosa exorcização das suas crenças e costumes, ou seja, do seu legado mais importante: sua cultura.

O Sistema Educacional colonial baseava-se nas escolas elementares dos jesuítas, freqüentadas por filhos de índios, de colonos, de brancos ou de mestiços. Foi realmente o lançamento de uma cultura literária popular.

Segunda a mesma autora, os jesuítas em matéria de educação foram os grandes humanistas da época, os quais procuraram desenvolver nos seus discípulos as atividades literárias e acadêmicas que faziam o chamado “homem culto” de Portugal: a tradição escolástica, o amor a autoridade, o desinteresse pela ciência e o desprezo pelas atividades técnicas e artísticas.

O primeiro século de educação jesuíta foi de adaptação e construção do sistema educacional, já o segundo voltou-se para a extensão do mesmo. O plano completo da formação efetivada pela Companhia de Jesus deveria abranger os seguintes cursos: letras humanas; filosofia e ciências; teologia e ciências sagradas.

A maior conseqüência da educação dirigida pela Companhia de Jesus, conforme a mesma, não obstante todas as suas falhas, leia-se os limites da concepção educacional de Portugal naquele período, foi a unidade espiritual, baseada na língua, cultura e religião comuns. A principal crítica dirigida a esse sistema refere-se ao fato do mesmo ter se voltado, especialmente, à aristocracia, reforçando o estrutural e perverso favoritismo escolar em favor da classe dominante.

O ensino brasileiro chegou ao caos quando Pombal, em 1759, expulsou os jesuítas. A expulsão destes significou, sempre conforme Romanelli, entre outras coisas, a destruição do único sistema escolar existente no país. Os jesuítas exerciam as atividades educativas por ideal e fé, não visavam diretamente levantar recursos financeiros. Com Pombal os interesses mudaram e o fator econômico veio à tona através da arrecadação de impostos. Assim, até a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o ensino atravessou meio século submerso na mais absoluta desorganização e decadência.

Com a transmigração da família real para o Brasil aconteceram profundas modificações no campo educacional, dentre elas a criação de escolas especiais para atender o

mais depressa possível as necessidades específicas do Brasil Colônia, quais sejam: promover a defesa do país, via Academia da Marinha e Academia Real Militar; e suprir a falta de técnicos, através dos Cursos de Medicina, Economia, Agricultura, Química e Desenhos técnicos, bem como a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Com o “grito de independência” em 1822, conforme historia Romanelli (1980, p. 33), D. Pedro I, quando da elaboração da primeira Constituição, fez constar no artigo 179 a afirmativa de que: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Nesse mesmo espírito de universalização e gratuidade do ensino brasileiro, a lei de 15 de outubro de 1827, determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugarejos e, também, “as escolas de meninas, nas cidades e vilas mais populosas”.

Explica Camargo (1980, p. 178), que essa foi a primeira Lei que abrangeu o país como um todo, embora tenha fracassado por causas econômicas, técnicas e políticas. Para esse autor, “A educação no império apesar dos esforços de D. Pedro II, descentraliza o que permanece no abandono, de tal forma que, no final do império, numa população de 14 milhões de habitantes, 85% são analfabetos”.

Entre a Lei e a prática estabeleceu-se um longo abismo ainda não ultrapassado totalmente nos dias de hoje, quando milhões de crianças permanecem fora da escola.

Nem mesmo a abolição dos escravos ou o período republicano, mudou o quadro educacional brasileiro. Em outros termos, apesar das mudanças ocorridas no regime político e nas formas de relações de trabalho, o Brasil permaneceu um país agrário e a característica das classes sociais seguiu inalterável. De modo que, durante o império existiram apenas alguns colégios particulares, especialmente religiosos, bem como Liceus e Escolas Normais (por iniciativa das províncias) e no âmbito do poder central, somente o Colégio Pedro II, reconhecido como instituição escolar com autonomia própria para realizar avaliações.

Com a 1ª Constituição criam-se os Ministérios da Educação Pública e dos Correios e Telégrafos, inspirados nas idéias positivistas defendidas por Benjamim Constant.

Posteriormente, o Ministério da Educação foi extinto, ficando o ensino sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Sendo, ainda, decretada a separação da Igreja do Estado, o que fez com que as escolas públicas perdessem seu caráter

religioso. Para acabar com o analfabetismo, estimulou-se a criação de milhares de Escolas Normais, com o intuito de formar professores do ensino primário.

Em 1924 é criada a Associação Brasileira de Educação - ABE, reunindo importantes educadores da época, dentre eles: Fernando de Azevedo e Paschoal Lemme. O trabalho da Associação impulsionou a renovação do ensino, culminando no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) em favor do ensino fundamental público, gratuito e obrigatório.

O período ficou marcado por várias reformas nacionais, as quais buscaram definir as estruturas e o funcionamento do ensino básico. Tais reformas foram batizadas pelos nomes dos seus autores, a saber: Benjamim Constant (1890), Rivadária Correia (1911) e Lourenço Filho (1923).

No período que vai de 1946 a 1964, surgem vários movimentos populares em defesa da educação, os quais motivaram sucessivas campanhas: a de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário; a de erradicação do analfabetismo; a de educação de adultos; a de reabilitação dos deficientes visuais; a de merenda escolar; e a de material de ensino.

No final dos anos 50 e início da década de 60 surge um novo método de ensino, o famoso “método Paulo Freire”, uma pedagogia progressiva e libertadora. A tentativa de expansão de tal método para todo território nacional, foi interrompida com o golpe militar de 1964.

Este ano foi marcado por uma maior ênfase no tecnicismo e por duas reformas, quais sejam: a do ensino superior (lei 5. 540 de 1968); e a reforma do ensino básico (Lei 5. 692 de 1971). A primeira foi implantada à revelia da participação da sociedade civil, instituindo a departamentalização, a matrícula por disciplinas, o regime de crédito e o vestibular classificatório. A segunda passou por algumas discussões públicas e resultou no agrupamento dos antigos cursos primário e ginásial, recebendo a nomenclatura de ensino de 1º grau. Bem como o ensino de 2º grau tornou-se profissionalizante, ainda que descaracterizado pela não destinação de recursos humanos e materiais que viabilizassem essa transformação, traduzindo-se num verdadeiro centro de treinamento para o vestibular, prejudicando tanto a formação geral quanto a formação profissionalizante.

Em 1970 foi instalado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cuja meta era eliminar o analfabetismo em dez anos. Na época, o índice oficial girava em torno de

32,05%. Em 1980, o IBGE registrava 25,5% de analfabetismo entre pessoas de quatorze anos de idade ou mais.

Com o fim do regime militar, em 1984, consegue-se uma maior liberdade política, mas piora a situação econômica. A qualidade do ensino em todo o país deteriora-se, e as taxas de evasão e repetência permanecem altas.

Convém ressaltar, com Camargo (1980: 181), um outro lado muito importante do setor educativo brasileiro, o qual explica a retenção da caminhada da Educação.

A história da educação no Brasil representa uma considerável diferença entre a lei escrita e sua aplicação prática. Basta lembrar que desde 1824 a Constituição assegura o ensino primário gratuito a todos, e a Constituição de 1834 garante o mesmo direito, acrescentando a obrigatoriedade para todos do ensino primário, que atualmente corresponde às oito primeiras séries do ensino fundamental. No entanto, em 1970, de acordo com o censo demográfico, existiam entre as pessoas de mais de 15 anos, um terço de analfabetos, perfazendo um total de 18 milhões de pessoas (adultas e adolescentes) completamente iletrados, o que entra em total desacordo com a lei posta, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino a partir dos sete anos de idade.

Historia Niskier (1985), que quando o MOBREAL foi extinto em 1985, sendo substituído pela Fundação Educar, o Brasil contava com aproximadamente 30 milhões de analfabetos entre jovens e adultos.

Conforme o mesmo autor, em 1988, as atividades de alfabetização de adultos realizadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, chegaram a atingir 41.500 alunos. Tais atividades utilizavam metodologia própria, partindo de palavras geradoras, tais como: vida, família, comida, moradia, saúde etc. As turmas eram formadas por um grupo de 20 a 25 alunos, as quais foram implantadas em 26 Estados da Federação, correspondendo a um total de 560 municípios por um período de 10 meses, distribuídas em 10 horas/aulas semanais.

Ao final da experiência, ainda segundo o mesmo autor, observou-se que o índice de evasão girou em torno de 15%, enquanto o total de aprovação atingiu 70%.

Nesse mesmo período, uma outra atividade formativa ganha destaque, a saber: O Programa de Alfabetização Solidária – PAS, uma ação do Conselho da Comunidade Solidária que teve como propósito desencadear um movimento nacional de erradicação do

analfabetismo no Brasil, atendendo, prioritariamente, os municípios com maiores índices de analfabetos e os jovens entre 12 e 18 anos, sem, contudo, excluir os adultos que quisessem participar.

A Alfabetização Solidária constituiu-se no programa com maior número de participantes, chegando em 1998 a contemplar aproximadamente 250 mil alunos. Entretanto, face aos 19 milhões de analfabetos acima de 15 anos, esta cifra configurou-se inexpressiva.

Convém ressaltar que não obstante os esforços e a busca de superação dos obstáculos historicamente erigidos, a problemática do analfabetismo resiste teimosamente como uma chaga que não pára de aprofundar-se.

Diante do exposto observa-se a total dicotomia entre a lei escrita e a sua aplicação na prática. Lembramos que a Constituição de 1824 já assegurava gratuitamente o ensino primário a todos. Bem como, a Carta magna de 1843, garantia o mesmo direito acrescentando, ainda, a obrigatoriedade para o ensino fundamental.

Como se não bastasse a “letra morta da lei”, as pesquisas produzidas na área educacional têm demonstrado que o nosso sistema de ensino público vem, contraditoriamente, excluindo crianças das classes subalternas, e se distanciando cada vez mais da real função social da escola, qual seja: a socialização do conhecimento historicamente sistematizado pela humanidade.

Apesar do Ministério da Educação e Cultura - MEC definir, explicitamente em seus documentos, a educação de 1º grau como meta prioritária, sabe-se que um grande número de crianças na faixa etária de 07 a 14 anos, permanece fora da escola. Ademais, constata-se a cada censo realizado que muitos dos alunos que iniciam o curso de 1º grau mal chegam à segunda série tropeçando logo nas primeiras letras, sem completar um processo regular de alfabetização.

Segundo Arnaldo Niskier (1985, pp. 118-119), de cada grupo de 100 alunos que ingressam na primeira série do ensino fundamental, 59 conseguem terminar a oitava série desse nível de escolarização e os outros 41 param no meio do caminho. Os estudantes que concluem, sem interrupção, essas etapas educacionais levam em média 10,2 anos para completar as oito séries do ensino fundamental.

O tempo que os estudantes brasileiros ficam na escola, conforme o mesmo autor, seria suficiente para a conclusão das oito séries do ensino fundamental e das três do ensino médio. Eles passam, em média, 8,5 anos no primeiro nível e 3,2 no segundo. Mas como as taxas de evasão e repetência ainda são significativas, o tempo de permanência não corresponde à quantidade de anos no estudo. No ensino fundamental, os alunos concluem, em média, 6,6 séries e, no ensino médio 2,6.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP (p. 23) em 2000, 2% dos alunos estavam matriculados no pré-escolar, 54% no 1º grau, 37% no 2º grau e 7% no ensino superior. As maiores taxas de perdas registradas ocorrem na passagem da 1ª para a 2ª série, tanto no 1º como no 2º grau.

Assim, para aquele contingente que consegue ingressar na escola, o binômio da evasão e repetência se apresentam como os maiores desafios da educação formal no Brasil, principalmente entre 1ª e 2ª séries, apresentando uma taxa de 50%, o que equivale à ausência de uma escolarização efetiva.

Para Niskier (1985: 118-119), tal fato se caracteriza como algo “(...) muito grave, pois estamos diante de um quadro aterrador de carências. No caso da evasão, algumas autoridades educacionais respiram aliviadas com sua incidência, pois se ela fosse menor não haveria escolas para suportar a demanda”.

Cerca de 86% das crianças entre 7 e 14 anos estão na escola. Esse número é um avanço comparado à década de 50, quando o índice era de 38%. Mas não existe uma educação de qualidade para todos, o que se constitui uma das principais causas da evasão e repetência.

Segundo dados do último Censo Demográfico (1991), mais de 50% dos alunos repetem a 1ª série. Apenas 39,2% das crianças brasileiras concluem o Ensino Fundamental e para isso repetem em média quatro vezes, e só 3% concluem a 8ª sem repetir. Os dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC referentes ao ano de 1991 indicam que dos 29,9 milhões de matriculados no Ensino Fundamental, 17,4% são de alunos repetentes. Na região Nordeste o índice sobe para 22,2% e no Sul é de 14,85%. Esses números não são precisos, pois, muitas vezes, o aluno abandona a escola quando sabe que vai repetir. No ano seguinte, quando ele se matricula novamente na mesma série, é considerado, com frequência, como um aprovado vindo da série anterior.

Por fim, parece-nos claro que o problema da evasão e da repetência está longe de ser compreendido em sua complexidade, uma vez que as formas de superação limitam-se ao aspecto fenomênica da questão, sem buscar suas causas e a erradicação das mesmas. E o que é mais dramático, jogando-se muitas vezes para o aluno a responsabilidade do seu fracasso escolar.

À guisa de considerações finais

Mediante o artigo apresentado podemos inferir algumas observações, dentre elas verificamos que a educação brasileira, historicamente, vem sendo capitaneada pelos interesses da classe dominante, configurando-se numa formação marcadamente dualista: de um lado a escola para a cabeça; e do outro a escola para as mãos, para uso da expressão gramsciana. Dito de outro modo, a escola para as elites, voltada ao cultivo intelectual e a escola para os trabalhadores, direcionada apenas e tão somente ao desenvolvimento das habilidades necessárias ao manuseio dos instrumentos de trabalho, esterilizadas, portanto, de qualquer possibilidade de elevação cultural.

Assomado ao dualismo, na esteira do controle ideológico por parte da classe dominante, uma corte de problemas acomete a formação/escolarização levada a cabo pelas instituições públicas de ensino no nosso país, dentre eles: os poucos recursos financeiros; o número insuficiente de escolas; os currículos inadequados; a formação precária dos professores; a carência nutricional dos alunos, bem como a falta de estimulação de seu próprio ambiente. Enfim, o deliberado desinteresse e falta de compromisso dos órgãos oficiais de ensino em implementar uma educação ampla e abrangente.

Destarte, os problemas do processo educativo são inúmeros, e guardam relações orgânicas com fatores de ordem econômica, social e política, oriundos, sobretudo da estrutura da sociedade de classes, expressa no atual modo de produção capitalista, gerador, por excelência, de uma sociabilidade estranhada e, portanto, limitada e limitadora do desenvolvimento das consciências.

Neste contexto, parece consenso que possibilitar o acesso ao conhecimento acumulado é uma das funções prioritárias da escola, no sentido de habilitar e preparar o

indivíduo para atuar em seu meio social. Resta, no entanto, discutir que conhecimento deve ser transmitido, quem realizará essa escolha e como se dará o processo.

Quanto ao problema da evasão e repetência, mesmo restrito a esse estudo introdutório, podemos constatar que a questão restringe-se ao aspecto mais fenomênico, sem avançar para uma compreensão devidamente crítica e abrangente, capaz de estabelecer os elos necessários com a essência que lhe dá sustentabilidade.

Dessa forma, aposta-se em táticas vazias de potencial superador do fracasso escolar, desviando na maioria das vezes para o aluno a responsabilidade do problema, ou quando muito investindo em ações pequenas, de ponta, digamos assim, que “arrumam”, mas não resolvem à chaga do dito “fracasso escolar”.

Portanto, concluímos este singelo estudo afirmando que o cadente problema da evasão e repetência se circunscreve no seio da sociedade capitalista, geradora de estranhamentos e contradições que impossibilitam dentre tantas outras realizações a plena elevação cultural dos homens, engendrando uma escola pública deficitária, podada em sua função social de repassadora do conhecimento historicamente elaborado pela humanidade, eivada que está pela ideologia dominante que impede a efetivação do conhecimento desinteressado. O que não significa dizer que esta mesma escola não carrega dentro de si espaços contraditórios, nos quais o pensamento emancipatório possa se insurgir, uma vez que a luta de classes, guardadas as devidas forças, perpassa todas as instâncias da ordem societal vigente.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Enjolras José de Castro. *Estudo de problemas Brasileiros*. 44ª edição, São Paulo; Atlas S.A; 1980.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição : elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 5º edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

INEP. S/t. s/l, 2000.

NIDELCOFF, Maria Teresa. *Uma escola para o povo*. 12º edição, São Paulo, Brasiliense, 1981.

NISKIER, Arnaldo. *Nova educação entre o coração e a máquina*. 1º edição, Rio de Janeiro, Bloch, 1985.

PILETT, Nelson. *Sociologia da Educação*. 3ª edição, São Paulo. Ática, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 10º edição, Petrópolis, Vozes, 1980.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In

FERRETI, Celse et alii *Novas tecnologias, trabalho e educação – um debate multidisciplinar*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.